

IDENTIDADE DO CORPO: UMA QUESTÃO DE INTERPRETAÇÃO

Leila Navarro de Santana

Psicóloga, Mestranda em Memória Social – PPGMS – UNIRIO, Bolsista CAPES

E-mail : leilanaVARRO@oi.com.br

RESUMO:

O presente artigo visa refletir acerca do corpo como representação simbólica efetivada através da linguagem. Para tanto, analisaremos alguns aspectos que caracterizam a linguagem simbólica como uma relação arbitrária entre o signo e o fenômeno representado, signo como promessa e adiamento da presença do objeto e a linguagem como instrumento das relações de poder. Para esclarecer esses aspectos da linguagem, focalizamos o discurso platônico, no qual o corpo é representado como “inimigo” da alma. Essa imagem é repetida cotidianamente nos atos de fala da tradição ocidental, sendo esta fortemente influenciada pelo dualismo platônico, afirmando uma identidade inferiorizada do corpo. Considerando a linguagem como construção social e as representações, as identidades e as memórias como criações lingüísticas, faz-se mister problematizar a naturalização com que tais criações são entendidas e aceitas em decorrência da negligência dos processos sociais como implicadores de sentido.

Palavras-Chave: Corpo, linguagem, identidade.

ABSTRACT:

The present article aims at pondering upon the body as a symbolic representation effected through language. With this in mind, we shall analyse some aspects that characterize the symbolic language as arbitrary relation between the sign and the event it represents, the sign as a promise and postponement of the presence of the object and language as an instrument of the relationships of power. To elucidate these aspects of language we shall focus on the Platonic discourse, in which the body is represented as “enemy” of the soul being this image daily repeated in the acts of speech of the Western tradition, strongly influenced by the Platonic dualism, which proposes an inferior identity to the body. Considering language as a social construct and the representations, the identities, and the memories as linguistic creations, we must question the easiness with which such creations are understood and accepted in detriment of the social process in which they achieve their meaning.

Key-words: Body, language, identity.

IDENTIDADE DO CORPO: UMA QUESTÃO DE INTERPRETAÇÃO*

[...] esta totalidade movediça e instável, esta totalidade cambiante, que por falta de uma palavra mais adequada chamamos indevidamente de corpo. (GUERRA NETO, 2002, p.21)

Introdução

A linguagem é um instrumento fundamental nos processos sociais. Não haveria relação, nem comunicação, caso não existisse esse sistema de signos capaz de transmitir as informações. Para que as relações sociais sejam possíveis, as idéias, as representações e os conceitos necessitam ser entendidos, compartilhados e transformados. Contudo, é necessário, antes de qualquer coisa, que uma mesma linguagem ou um mesmo código seja acessado pelos membros dessa relação. Nesse sentido, o homem apenas se humaniza ou se sociabiliza quando entende e compartilha os códigos sociais.

O homem é o único ser capaz de utilizar a linguagem simbólica para se comunicar, uma vez que é também o único capaz de simbolizar. O ato de simbolizar poderia ser descrito como a capacidade humana de criar símbolos que, por convenção social, irão representar ou substituir algo quando a intenção for comunicá-lo ou oferecê-lo como conceito ou como abstração.

O fato de a linguagem ser um sistema simbólico, cuja função é representar os objetos, eventos etc, a fim de comunicá-los, faz dela um sistema que deve traduzir em signos fenômenos complexos e plurais. Desse modo, é no sentido de questionar o poder identitário e delimitador decorrente da produção do conceito de corpo que o presente artigo se orienta. Para tanto, escolhemos o conceito corporal presente no discurso platônico como exemplo de uma representação que restringe um fenômeno complexo, dinâmico e mutante como o corpo.

A Linguagem como Produção Social

A utilização da linguagem simbólica como ferramenta para a comunicação de idéias, pensamentos e conceitos, diz respeito a uma habilidade estritamente humana. O que também significa afirmar que, apesar de o homem possuir a capacidade motora para a fala articulada, isso não garante que ele seja capaz de fazer uso da linguagem verbal, antes que tenha apreendido os códigos ou os símbolos lingüísticos utilizados para a comunicação em um determinado grupo ou cultura.

Toda linguagem pode ser caracterizada como um sistema de signos. O signo é o que representa um objeto ou evento substituindo-os, ou melhor, ocupando seus lugares ou formas presentes. Um signo apenas está “autorizado” a ocupar ou substituir o lugar de uma *coisa*, se este signo mantiver algum tipo de relação com esta *coisa* que ele representa. Diferentes tipos de signos fazem com que se estabeleçam diferentes tipos de relação entre o signo e aquilo que ele representa. Os signos como as palavras, os sons, os gestos ou sinais são classificados como símbolos. Os símbolos são signos que estabelecem uma relação *arbitrária* com os fenômenos que são por eles representados.

Uma relação estabelecida entre o signo e um objeto ou um evento é considerada arbitrária quando não há nada no signo que nos remeta ao fato representado por este signo. Portanto, se a relação entre eles necessita de uma convenção social ou de uma aceitação coletiva para que se estabeleça, caso contrário não seria possível o entendimento entre os membros de um grupo, a relação, neste caso, é arbitrária. Sendo assim, o caráter estritamente social da linguagem simbólica se configura, pois há a exigência da aceitação social, da convenção social de que um determinado signo simbolize um determinado fenômeno para que, desse modo, seja possível a

comunicação entre os membros da mesma cultura. Se nós, que usamos o conjunto de signos da língua portuguesa, não tivéssemos aprendido ou aceitado que em nossa língua o signo gráfico PÃO e o seu respectivo signo auditivo, por exemplo, representam ou substituem, na comunicação, o alimento, não conseguiríamos, através da linguagem simbólica, pedir o pão na padaria ou teríamos que representá-lo através de um desenho ou de uma foto(grafia) para mostrar o que desejamos. Nesse último caso não deixou de haver linguagem, muito menos comunicação, a diferença é que o signo utilizado nesta comunicação seria do tipo ícone, pois, sua relação com o objeto é de semelhança e, portanto, não arbitrária. Mas, é a linguagem como um sistema simbólico e sua relação arbitrária com o fenômeno representado que nos interessa para a condução da reflexão proposta nesse artigo.

A Linguagem Simbólica e a Construção do Sentido

Representar os eventos através de nomes é o próprio ato de simbolizá-los. De acordo com Silva (2000), através dessa produção lingüística nos tornamos capazes de classificar, de identificar e de diferenciar os diversos fenômenos que constituem o mundo. Ao nomearmos as coisas, as tornamos identificáveis e diferenciáveis no âmbito simbólico, lingüístico e, desse modo, oportunizamos a comunicação. “Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação lingüística” (SILVA, 2000, p. 76).

Ao receberem nomes, as coisas passam também a existir para a nossa consciência, para o nosso pensamento. Desse modo, a existência das coisas deixa de ser apenas limitada a um contato sensorio e a uma temporalidade presente. A capacidade de representá-las simbolicamente e reter suas identidades (o que são) e suas diferenças (o que não são) na memória, em forma de idéias, permite experienciá-las através de abstrações, ou seja, sem que estejam existindo em forma física ou presente no espaço e no tempo. O ato de simbolizar e o uso da linguagem enquanto condição desse ato possibilita que sejamos capazes de falar sobre as coisas quando já fazem parte de um passado ou quando ainda não aconteceram; é o que permite a transcendência ao imediato, a construção dos projetos humanos e o desenvolvimento da cultura, ou seja, a transformação da natureza pelo homem, sua ação construindo conhecimentos, crenças, conceitos ou instrumentos com a intenção de maior segurança e domínio nas relações.

A possibilidade de adiar a apresentação de um objeto por representá-lo em pensamento e o fato de ganhar valor ou sentido apenas quando faz parte de uma cadeia de outros signos são duas características fundamentais dos signos. Sendo assim, os signos, os significados e os conceitos só ganham sentido quando envolvidos por uma série de outros conceitos e significados, que fornecem contexto e situação, balizando e posicionando o que o símbolo deve transmitir, de acordo com a intenção de quem deseja expressá-lo.

Queremos afirmar que, tendo a linguagem simbólica a peculiaridade de se constituir a partir de uma relação arbitrária dos signos com os eventos que eles representam, se faz imprescindível, como afirma Hall (2000), o entendimento dos sentidos e dos significados apenas como produções sociais e culturais, ou melhor, como criações que decorrem de intervenções humanas, de intenções de construção de valores, de sentidos, de ideais e de representações das experiências adquiridas no agir social.

A ênfase nas práticas culturais é importante. São os participantes na cultura que dão significados às pessoas, objetos e eventos. As coisas “em si mesmas” raramente, se têm, um único, significado fixo e imutável. [...] É pelo nosso uso das coisas, e o que nós dizemos, pensamos e sentimos sobre elas – como nós as representamos – que damos sentidos às coisas (HALL, 2000, p. 3, tradução livre [1](#)).

A Produção Simbólica como Estratégia de Poder

Em *O poder simbólico*, Pierre Bourdieu (2004) denuncia uma característica funcional e sutil que a linguagem possui para marcar poder, veicular conceitos, representações e identidades. Ele nos ajuda a refletir acerca da função política que a linguagem, como sistema de símbolos, pode assumir ao representar algum fenômeno. Assim entendida, a linguagem pode atender a interesses de dominação. Com seu poder de significar, adiar a presença de um evento ou de recriá-lo, a linguagem pode naturalizar relações de dominação. Como as representações e identidades estão em constantes disputas, há um contínuo investimento para que discursos dominantes estejam na frequência mais forte da comunicação mantendo e legitimando a ordem estabelecida. A linguagem e o discurso são carregados de sentidos que podem estar a serviço de interesses que objetivam a manutenção de relações de poder assimétricas, de regras de conduta e de conceitos normatizadores impedindo, assim, a circulação do poder bem como a dinâmica polêmica que impele às disputas que determinam, temporariamente, as forças dominantes.

Como apontamos anteriormente, os signos simbólicos são remetidos aos eventos por eles representados através de relação arbitrária. Vale lembrar que esta relação de arbitrariedade é construída socialmente e apenas pode funcionar na medida em que é convencionalizada, ou seja, quando todos os membros do grupo em que o signo será utilizado estiverem de acordo, pois o signo substitui e representa um objeto ou evento, na ausência destes, a fim de comunicá-los. Não há, pois, apenas arbitrariedade, mas compartilhamento de sentido. Contudo, em um processo de comunicação, nos discursos ou nos enunciados, não ficamos questionando todo o tempo esta arbitrariedade. A linguagem deve fluir e, para tanto, há uma ilusão de que o signo é realmente a coisa em presença da qual apenas ocupa o lugar ou representa.

Bourdieu afirma que a partir dessa sensação de que o signo é presença e através da negligência de sua relação arbitrária ou de suas “formas sociais” o poder dos símbolos é legitimado, possibilitando, assim, definir verdades e posições de sujeitos como fixas ou determinadas.

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem. (BOURDIEU, 2004, p. 7-8).

Os conhecimentos, as crenças, as representações, a cultura apenas são possíveis por que criamos e utilizamos sistemas simbólicos, ao mesmo tempo em que os símbolos apenas existem ou ganham sentido enquanto produções culturais. É através dos conhecimentos, das representações e dos sentidos obtidos e construídos em nossas relações sociais que nos tornamos capazes de interpretar, imaginar e criar o mundo, bem como, a nós

mesmos. Nesse sentido, um significado ou uma representação de mundo apenas se mantém como fixo ou dominante absoluto se as relações de poder ou de forças, no interior das quais eles são produzidos, forem ignoradas ou naturalizadas.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, desse modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos,[...] (BOURDIEU, 2004, p. 14).

Corpo: Como o Representamos na Cultura Ocidental?

Após introduzir algumas análises acerca da linguagem como instrumento de comunicação e, portanto, de identificação e de classificação, gostaríamos de refletir sobre a representação de um conceito específico: o corpo. Para tanto, nos ateremos à interpretação oferecida pelo filósofo Platão. Nos diálogos contidos no *Fédon*, Platão faz diversas considerações do corpo na tentativa de defini-lo como a parte inferior e desqualificada do homem.

Na concepção platônica, há no homem um dualismo; ele seria constituído por duas naturezas distintas: pela alma e pelo corpo. A alma é a parte exaltada, pois está vinculada ao bem, à pureza, à verdade essencial. Ao passo que o corpo é a parte considerada inferior no homem, pois é a sepultura da alma, sua prisão, sua mortalha. A alma é divina, imortal, ligada à verdade; o corpo é sensível, falho, ligado aos prazeres e confunde a alma quando ela tenta atingir as idéias e o conhecimento verdadeiro que é seu prioritário objetivo. A alma tem como desafio resistir aos apelos do corpo, tornar-se imune ao contágio das ilusões dos sentidos corporais insanos e desviantes do bom caminho que a alma quer e deve seguir. Estes apelos corporais podem corromper a alma em sua busca pela verdadeira essência do conhecimento, do saber puro e do seu caminho em direção ao encontro com homens bons e verdadeiramente sábios, os deuses no Hades.

Como assinala Barrenechea (2002), de acordo com a filosofia platônica, para contemplar as verdadeiras idéias, a alma deve rejeitar a comunhão com o corpo durante toda a encarnação, não atendendo aos seus convites pecaminosos, prazerosos e enganosos. Apenas rejeitando inflexivelmente as perturbações do corpo, será possível à alma atingir a verdade pura, a essência, o mundo ideal, a *recordação* plena do que foi visto no outro mundo. “Em resumo, o corpo é um ‘inimigo’ que devemos vigiar sem cessar. Trata-se de um ‘intrujão’, um déspota que temos de controlar incansavelmente para que não nos afaste do caminho da perfeição” (BARRENECHEA, 2002, p. 179).

Nesse sentido o corpo representa queda, corrupção, pecado. Estar vinculado a ele significa frivolidade, imoralidade. Dar-lhe atenção e ouvidos seria preocupar-se com o que é menos importante. Devido a sua natureza desprezível, o corpo deve ser negado, desqualificado, esquecido. Deve ser considerado apenas como um instrumento, um

objeto a ser disciplinado para que não atrapalhe o caminho para a conquista das idéias, da beleza e da pureza. Nesse caso, valorizar o corpo, na filosofia platônica, seria negar o conhecimento verdadeiro e defender o que seria responsável pela decadência do homem, por seu sofrimento e por uma vida de suplícios.

Em uma passagem do diálogo *Fédon*, Sócrates assegura a Símiias, um de seus discípulos, que qualquer filósofo autêntico defenderia que o corpo é um aborrecimento para quem busca o saber:

Quando, então, a alma alcança a verdade? – porque na tentativa de considerar qualquer coisa junto com o corpo ela é obviamente enganada.

[...] E o pensamento é melhor quando a mente está unida a si mesma e nenhuma das seguintes coisas a perturba – nem som, nem visões, nem dor, nem qualquer prazer, - quando ela deixa o corpo, e tem a menor ligação possível com o mesmo, quando ela não tem nem percepção, nem desejo corporal, mas aspira ao ser verdadeiro (PLATO, 1952, p. 224, tradução livre [2](#)).

Toda esta conceituação dualista do homem sustenta uma identidade corporal que o desqualifica, o desvaloriza e o inferioriza. Conceber o homem como dualidade e interpretar o corpo como a parte inferior dessa dicotomia é construir a memória de um corpo fraco, coisificado, impotente, passivo.

O conceito e a avaliação do fenômeno corporal presente na doutrina platônica influenciou — e ainda influencia — a interpretação e a representação do corpo no ocidente. O corpo, nessa conceituação, está destinado a sofrer, e a punir-se para que a alma se purifique. Nesse sentido, Sócrates reafirma:

[...] Enquanto estamos no corpo, enquanto alma está infectada pelas maldades do corpo nosso desejo não será satisfeito. E o nosso desejo é o da verdade. Por que o corpo é uma fonte de infinita perturbação para nós em razão da mera necessidade de alimento e está também sujeito a doenças que tomam conta de nós e nos impedem de buscar o verdadeiro ser: ele nos enche de amor e luxúria e medo e fantasias de todos os tipos e infinita loucura e de fato como se diz toma de nós completamente o poder de pensar. [...] (PLATO, 1952, p. 224, tradução livre [3](#)).

Não há dúvidas de que estas premissas permanecem – no decorrer do tempo e das afirmações – e coadunam com diversos interesses travestidos em realidades moralistas religiosas. Esses enunciados criam um clima punitivo, repressivo e funcionam a serviço da normatização dos modos de vida das pessoas e conseqüentemente sua submissão e obediência. Assim, Hall assinala que, “Significados além de regular e organizar nossas condutas e práticas – auxiliam no estabelecimento de regras, normas e convenções pelas quais a vida social é ordenada e governada” (HALL, 2000, p. 4, tradução livre [4](#)).

A representação platônica do corpo vem fundamentar toda uma memória, um costume, um hábito e uma interpretação dualista, afirmando o corpo como parte desqualificada e inferior em relação à alma. A manutenção desse pensamento pode ser observada através de muitas formulações dicotômicas, presentes na linguagem, tais como: corpo-alma,

corpo-mente, matéria-espírito etc. Essas imagens demonstram que o corpo está identificado com noções dualistas: razão e emoção, parte objetiva e parte subjetiva ou sujeito e objeto. Nessas perspectivas dicotômicas, o corpo é considerado uma estrutura material determinada por uma entidade ou substrato interno superior - a alma - que deve dominá-lo. Vale lembrar que repetir estes atos de fala reforça as identidades dicotômicas atribuídas ao corpo, conforme aponta Silva (2000):

[...] O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos lingüísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo. [...] A eficácia dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição[...] (SILVA, 2000, p. 93).

Utilizando como referência a filosofia clássica, desde o século V a.C, observamos significados depreciativos atribuídos ao corpo. A linguagem é peça fundamental na tarefa de fazer com que estas representações *atravessem o tempo*. Quando usamos a expressão *atravessar o tempo*, não queremos dizer que os conceitos, as memórias permaneçam estanques, fixas e imutáveis, mas que observamos a sobrevivência destas significações dicotômicas através das relações sociais mediadas pela linguagem. Também detectamos a utilização delas para servir a interesses políticos em relação ao corpo, ou seja, estagná-lo, instrumentalizá-lo, direcionar suas forças de forma utilitária. Ora, para dar conta da imprevisibilidade dos corpos, o homem inventa identidades e subjetividades paralisantes e despotencializadoras, restringindo, desse modo, os processos corporais ativos. Ao barrar o fluxo das forças que constitui os corpos, abre-se a possibilidade de dominá-las, impor-lhes leis, instrumentalizá-las e torná-las úteis, possibilitando, assim, que o próprio homem, ou seja, seu próprio corpo passe a se entender e a existir como coisa, objeto ou instrumento.

A linguagem tem o poder de difundir valores, transmitir significados, representar, conceituar eventos. De maneira lenta, freqüente, sutil e estruturante esse sistema de significação auxilia - através da performance, ou seja, da repetição de conceitos em atos de fala - a constituição do indivíduo, atribui sentido às coisas, carrega identidades e classificações, organiza a vida, define lugares e corpos. Conforme afirma Silva (2000) “[...] Dizer, por sua vez, que a identidade e diferença são o resultado de atos de criação lingüística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. [...] É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais [...]”. (SILVA, 2000, p. 76-77).

Nestas concepções que compreendem o corpo, que o interpretam como parte de um homem constituído por dicotomias - corpo/alma, corpo/pensamento, corpo/espírito, corpo/mente - estão internalizadas uma série de intenções, interesses que servem à manutenção de relações de dominação. Ora, o homem que se concebe como dividido e constituído por uma parte inferior que é seu corpo serve de fundamentação para diversas atitudes de dominação, sejam elas moralistas religiosas, sejam relacionadas à utilização do corpo objetivado como força de trabalho ou objeto de incentivo ao consumo. Um corpo que recebe valor e identidade depreciativos e responde com obediência a essa forma de conceber-se estará docilmente a serviço do poder político-econômico vigente.

Qualquer que seja a concepção do corpo como parte separável, instrumento, ou objeto estará a serviço da manutenção de identidades utilitárias, estanques, fixas, previsíveis e,

portanto, mais facilmente domináveis. A partir dessa perspectiva, o corpo se concebe como algo imutável, cristalizado e que não se altera com o tempo. Na realidade, estamos em constantes transformações, mas, devido a estratégias inerentes às relações de poder, a capacidade dinâmica do corpo pode ser capturada a partir da construção de identidades depreciativas às quais a compreensão do corpo em relação a si mesmo poderá se aliar, tornando o seu espaço de atuação limitado e pré-determinado.

A Problematização das Representações Corporais como Possibilidade de Resistência

É possível também observarmos concepções ou perspectivas que demonstram interpretações mais dinâmicas do corpo, que o representam como um fenômeno ativo, mutante, transformador e em constante devir. Tais perspectivas entendem que qualquer identidade a ele imputada será temporária e precária, pois nenhum conceito pode dar conta do corpo devido a sua tamanha complexidade e movimento. Esta outra maneira de conceber o corpo pode se sustentar na proposta filosófica de Nietzsche, por exemplo.

A concepção nietzschiana acerca do corpo propõe sua compreensão através de um olhar imanente e processual. A partir dessa perspectiva, o corpo pode ser entendido não de forma isolada, independente do mundo ou como objeto intruso e inferior em meio a outros objetos, mas como *constituente do mundo*. Para Nietzsche, o mundo é resultado de uma pluralidade de forças que atualizam os eventos e as coisas através de permanentes conflitos e embates entre essas próprias forças. O corpo é também resultado desses embates, portanto ele também é o próprio mundo e não pode ser entendido separado dele.

A visão que Nietzsche oferece reposiciona o corpo como integrante e criador do mundo. Essa proposta implica considerá-lo como multiplicidade de forças, de vontades, necessidades que surgem e criam-se, possibilitando o contínuo devir da vida. No discurso nietzschiano, o corpo é sempre relação de forças em conflito; conflito esse que lhe confere o caráter de movimento, dinamismo e diversidade criativa. Isso faz com que ele seja espontâneo, imprevisível, cujas ações são intempestivas e instantâneas. O seu devir criativo está continuamente articulado com o momento presente e com sua vontade singular.

Como afirma (BARRENECHEA, 2002, p. 177), o corpo entendido como conflito da multiplicidade de forças criadoras está contrário a qualquer conceito que lhe seja imputado, que o considere como determinação de substâncias “interiores” como índole, essência ou sujeito. “[...] ele se coloca para além do materialismo e do idealismo, mostrando que o homem, enquanto indivíduo corpóreo, não é matéria, nem espírito, nem qualquer tipo de entidade ou forma substancial”. O corpo não é um invólucro ou um meio com a finalidade de separar o que lhe é “externo” do que lhe é “interno”, ele constitui-se pelas próprias forças em conflito e com isso não há nada que o determine, nenhum substrato que o faça permanente como um Eu essencial. Ele é movimento e se transforma continuamente, articulado e inseparável de todas as coisas. Para a filosofia nietzschiana o corpo é dinâmico, múltiplo e, dessa maneira, qualquer representação que o considere idêntico ou diverso de algo será apenas uma caracterização provisória a ser superada pelo próprio corpo “[...] O corpo é uma grande razão, uma multiplicidade com um único sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e seu pastor.[...] Há mais razão no teu corpo do que na tua melhor sabedoria[...].” (NIETZSCHE. 2005, p. 60).

Concluimos esse artigo assinalando que o corpo, distante de uma posição de completa passividade, da mesma forma que recebe também cria interpretações, códigos e significados. Atendendo a diferentes interesses o corpo poderá conceber-se de diversas formas. O corpo é múltiplo e constituído por um dinamismo de forças conflitantes, indirigíveis e inapreensíveis, ele é *vontade de potência* e ele é alteração. Embora façamos uso de uma diversidade de signos para nos comunicarmos, para representarmos a realidade em que vivemos, os signos não conseguem exprimir as características plurais da vida ou do corpo e não traduzem suas multiplicidades. Desse modo, qualquer concepção do corpo é temporária, provisória e passada. Como considera Antonin Artaud, “Uma coisa nomeada é uma coisa morta, e ela está morta por que ela está separada” (ARTAUD, 1979 apud GREINER, 2005, p. 36, tradução livre [5](#)).

A linguagem possui um papel fundamental na estruturação dos significados e das representações bem como na veiculação desses sentidos que expressarão a identidade corporal, tal como vimos na tradição dicotômica ocidental. Essas identidades, por sua vez, estarão repletas de conceitos, limitações e classificações que estarão servindo aos interesses políticos e econômicos do poder dominante. Portanto, torna-se premente entender o processo de construção das identidades, das memórias, das representações e principalmente assumir uma posição de questionamento e problematização dessas identidades e representações no sentido de entendê-las na qualidade de modos de compreensão limitados e provisórios acerca do mundo. Especificamente em relação ao corpo, deve-se examinar as representações carregadas de ordens e normatizações corporais que servem, na maioria das vezes, a processos classificatórios e interessados na manutenção do poder vigente. É necessário questionar os conceitos enquanto verdades absolutas para que seja possível a construção de outros conceitos, outras interpretações e outras identidades, de modo que a criação de novas formas pelas quais podemos nos interpretar e existir não se estagne. De acordo com Silva (2000), “[...] Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação[...]” (SILVA, 2000, p. 91). É preciso afirmar o caráter transitório e processual dessas representações, a fim de que sua compreensão não se fixe em conceitos cristalizados e interessados na manutenção e estagnação de criações que são sociais como as identidades e as diferenças corporais.

Bibliografia

BARRENECHEA, Miguel Angel. Nietzsche e o corpo: para além do materialismo e do idealismo. In: *Nietzsche e Deleuze* : que pode o corpo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 177-188.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico* . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GREINER, Christine. *O corpo* : pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.

HALL, Stuart. The work of representation. In: (org) *Representation* : cultural representations and signifying practices. London: Sage, 2000, p. 1-11.

GUERRA NETO, Aurélio. Corpo e sofrimento: Buda, Dionísio, Nietzsche. In: *Nietzsche e Deleuze* : que pode o corpo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 13-35.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra* : um livro para todos e para ninguém. Tradução de Mario da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PLATO. Phaedo. In: *The dialogues of Plato*. USA: Britannica, 1952, p. 220-251.

SILVA, Temas Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: (org) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

1The emphasis on cultural practices is important. It is participants in a culture who give meaning to people, objects and events. Things 'in themselves' rarely if ever have any one, single, fixed and unchanging meaning. [...] Is by our use of things, and what we say, think and feel about them – how we represent them – that we give things meaning.

2Then when does the soul attain truth? – for in attempting to consider anything in company with the body she is obviously deceived.

[...] And thought is best when the mind is gathered into herself and none of these things trouble her – neither sounds nor sights nor pain, nor any pleasure, - when she takes leave of the body, and has as little as possible to do with it, when she has no bodily sense or desire, but is aspiring after true being?

3[...] while we are in the body, and while the soul is infected with the evils of de body, our desire will not be satisfied? And our desire is of the truth. For the body is a source of endless trouble to us by reason of the mere requirement of food; and is liable also to diseases which overtake and impede us in the search after true being: it fill us full of love, and lust, and fears, and fancies of all of kinds, and endless foolery, and in fact, as mem say, takes away from us the power of thinking at all.[...]

4 Meanings also regulate and organize our conduct and practices – they help to set the rules, norms and conventions by which social life is ordered and governed.

5Une chose nommée est une chose morte, et elle est morte parce qu' elle est séparée.